

# **Intelectuais e cientistas na América Latina: A importância dos temas Subjetividade, Qualidade de vida e Risco\***

Leila da Costa Ferreira y Sônia Regina da Cal Seixas

UNICAMP, Campinas, Brasil. Email: leilacf@unicamp.br; Email: socal@unicamp.br

**Resumo:** O artigo apresenta duas contribuições para o interessante debate sobre a qualidade de vida, a subjetividade e os riscos na área de Meio Ambiente e Sociedade. Por um lado permite um melhor conhecimento da importância dos sujeitos. E por outro lado contribui para uma forma sistemática de trabalhar com dados da América Latina.

**Palavras-chave:** Risco, subjetividade, meio ambiente, América Latina

## **Intelectuales y científicos en América Latina: A importancia de los temas Subjetividad, Calidad de Vida y Riesgo**

**Resumen:** El artículo propone dos contribuciones al interesante debate sobre la calidad de vida, la subjetividad y el riesgo en el área de Medio Ambiente y Sociedad. Por un lado permite ampliar el conocimiento de la importancia que tienen los sujetos. Y por el otro contribuye a una forma sistemática de trabajar con datos sobre América Latina.

**Palabras clave:** riesgo, subjetividad, medio ambiente, América Latina

## **Intellectuals and scientists in Latin America: The importance of the issues Subjectivity, Quality of Life and Risk**

**Abstract:** The article offers two contributions to the interesting debate about the quality of life, subjectivity and risk, in the area of Environment and Society. On the one hand it allows as to widen the knowledge of the importance of the subjects. And on the other it contributes to a systematic way of working with Latin American data.

**Key words:** risk, subjectivity, environment, Latin America

\* \* \*

## Introdução

Na interpretação weberiana depara-se com esferas múltiplas de determinação da ação social. Pode-se falar de uma esfera econômica, relacionada aos conteúdos de sentido referentes à produção econômica e ao mercado. De uma esfera social relacionada aos conteúdos de sentido identificados a um ethos social e a concepção de honra (prestígio), ou de uma esfera política para os conteúdos de sentido referentes às lutas pelo poder. Pode-se também falar de uma esfera jurídica, estética, religiosa ou mesmo científica, cada qual relacionada a uma forma específica da ação social e a produção de conteúdos de sentido que lhe são pertinentes.

Neste sentido podem-se estabelecer aqui as maneiras pelas qual Max Weber (1979) faz-se presente na formulação teórica, proposta por Pierre Bourdieu (1980). Como em Weber, a questão dos sentidos, que os homens atribuem as suas condutas é central em Bourdieu.

Ao pensar a cultura, ou os sistemas simbólicos, Bourdieu procura sintetizar elementos de diversas orientações teóricas, reconhecendo que estas se repartem em duas vertentes principais: - a primeira vertente Kantiana (Durkheim;1995, por exemplo) onde os sistemas sociais são pensados ao mesmo tempo como meios de comunicação (estruturas estruturadas) e como instrumentos de conhecimento e da construção do mundo objetivo (estruturas estruturantes). Esta vertente caracteriza-se por tentar compreender como se articulam a partir da elaboração simbólica as formas de consenso; - a segunda vertente teria em Marx (1980) e Weber (1979) seus principais expoentes e se caracteriza pelo entendimento dos sistemas simbólicos como instrumentos de dominação.

É desta reflexão sobre estas duas vertentes interpretativas que Bourdieu irá desdobrar os conceitos fundamentais com que opera: o de **habitus** e o de **campo**. A crença nas relações entre produção de conteúdo de sentido e de formas de dominação, bem como a idéia de que os diversos processos por meio dos quais tais conteúdos de sentido se produzem e configuram esferas dotadas de uma lógica particular fazem com que o conceito de campo seja tributário em grande medida, da concepção weberiana da autonomia das esferas sociais.

Temos aqui atores que se movimentam por entre configurações de idéias e instituições. Por um lado, a percepção de um campo de poder, posições que se entrelaçam em um sistema de relações que confere particularidade a cada posição e ao próprio conjunto, que é sempre dinâmico e marcado por disputas.

De outro, a noção de campo intelectual, que ganha autonomia na medida em que crescem o nível de especialização e o status dos produtores de bens simbólicos.

## **Idéias, práticas, instituições e habitus configuram um campo**

Neste sentido Bourdieu propõe uma teoria da prática na qual as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global.

Segundo Yearley (2005), os estudos sociológicos sobre o campo científico têm se desenvolvido fortemente nos últimos vinte anos. Em termos institucionais o objeto tem tido enorme avanço na Europa e nos Estados Unidos.

No caso da área ambiental, sub-campo recente no interior das ciências sociais, os estudos nesta linha são poucos e muitas vezes refletem um debate sobre o próprio processo de institucionalização da problemática (Dunlap, 1997; Buttel, 1987; Hannigan, 1997, Yearley; 2005, Ferreira, 2006, Ferreira, 2010; dentre outros).

No caso brasileiro, autores com Ianni (1989), Ortiz (2003) e Miceli (1995) têm desenvolvido trabalhos importantes para o entendimento das ciências sociais brasileiras e mesmo latino-americanas.

Pode-se arriscar aqui um breve comentário que se articula com outras influências teóricas que subsidiaram a tentativa de uma sociologia da questão ambiental e da interdisciplinaridade na América Latina com ênfase na problemática da qualidade de vida e subjetividade.

A criatividade sociológica supõe, ao mesmo tempo, um corte com o senso comum e uma elaboração permanente e audaciosa de novas hipóteses. Como bem se sabe as grandes criações científicas não se reduzem “nem ao grito da revolta” (a simples ideologia), “nem ao rigor das construções científicas”. Evidentemente, no interior da obra de um autor existe um grau diversificado de coeficiente ideológico (Ortiz, 2003). O trabalho intelectual nutre-se de uma dimensão ambivalente (onde ambivalência não é sinônimo de ambigüidade): o rigor e o controle científico e uma vinculação visceral às coisas do mundo.

Neste sentido, as dificuldades para conhecer a verdade, - de que nos falava Brecht e salientada por Habermas (1999), é um problema de que as ciências sociais estão obrigadas a se colocar neste século, não por uma questão de calendário, mas da consciência crítica da dificuldade dos saberes disciplinares diante da sociedade complexa.

Se o investigador não pode ser “neutro” e se o tempo e o espaço são variáveis internas significativas, tem-se como consequência necessária da análise que a tarefa de reestruturação das ciências sociais tem de resultar da interação de estudiosos provenientes das mais diversas paragens e pers-

pectivas e que esta interação seja algo real e não mera cortesia para mascarar a imposição das concepções de apenas alguns setores da comunidade científica.

Do ponto de vista teórico-metodológico busca-se verificar se a produção latino-americana se assemelha ao que Buttel (1997) sugere analisando a produção internacional, isto é, de acordo com o autor as teorias da sociedade de risco e da modernização ecológica supririam as atuais lacunas teóricas para uma discussão sobre sustentabilidade. Haveria dois precipitadores da “modernização reflexiva”: a emergência dos riscos e o declínio das instituições parlamentares com a conseqüente individualização da política (“subpolítica”) (Beck, 1996; Yearley, 2005).

A outra vertente teórica a da modernização ecológica encara positivamente os potenciais de mudança tecnológica tendentes a produzir resultados para os problemas ambientais (Mol e Spargareen, 1993).

No que diz respeito às perspectivas construcionistas, as teorias sobre discursos (Hannigan, 1997; Yearley, 1996) possibilitam acessar no domínio dos processos de produção social do conhecimento análises sobre consensos e dissensos institucionais e das dinâmicas dos atores sociais.

As discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas anteriormente (Ferreira, 2006), mostram que no caso brasileiro, há setores da comunidade acadêmica influenciados tanto pelas correntes ligadas à modernização reflexiva (teoria do risco e modernização ecológica), como pelas perspectivas construtivistas. Demonstrou-se também que nos trabalhos da sociologia ambiental, há enfoques materialistas durkheimianos, ou seja, realistas. Há ainda trabalhos fortemente influenciados pela perspectiva materialista marxista, assim como os aportes híbridos e interdisciplinares. Salientou-se também que a teoria social contemporânea desenvolvida por Habermas (1999), Giddens (2009) e Bauman (2001) também tem influenciado os trabalhos da área ambiental brasileira.

Sinteticamente, os diferentes enfoques citados podem ser agrupados e contemplados pela Sociologia Ambiental e pela Teoria Social Contemporânea, muito embora sejam correntes que interagem e dialogam entre si e em determinados pontos trabalham na interface entre a Sociologia Ambiental e a Teoria Social Contemporânea, dado o caráter interdisciplinar do tema ambiental. A Teoria Social Contemporânea traz em seu corpo teórico aqueles sociólogos já citados que contribuíram para a diversificação da Sociologia Ambiental e que trabalham com a questão das sociedades da alta modernidade, como Habermas, Touraine, Giddens, Beck, Castells; dentre outros.

Habermas (1987), Giddens (1991) e Beck (1992), são os grandes nomes da Teoria Social Contemporânea que problematizam a questão ambiental. Habermas fez uma importantíssima reavaliação da teoria social clássica, o que proporcionou uma reinterpretação da organização institucional da modernidade, investigando a origem de novos movimentos

sociais e a importância dessa emergência, além de permitir o exame dos novos interesses econômicos e políticos que moldam as atuais políticas públicas da área ambiental.

Disto decorreram algumas questões de pesquisa:

**1)Quais especificidades emergem para a teoria social e a interdisciplinaridade partindo-se da situação de desigualdade social e exclusão social, assim como de uma democracia recente na América Latina?**

**2)Em que estágios de institucionalização dessa problemática encontram-se as ciências sociais na América Latina?**

**3)Quais temas são altamente relevantes para os intelectuais do campo?**

O presente trabalho tenta problematizar estas questões em dois níveis: a análise do processo institucional através de alguns centros escolhidos e a análise da produção intelectual; assim como tenta propiciar uma discussão teórica sobre a questão da interdisciplinaridade, teoria social, questão ambiental e subjetividade. Para tanto elencamos alguns dos aspectos teóricos metodológicos estruturantes da problemática, quais sejam: A noção de campo e habitus e as diferentes concepções de interdisciplinaridade.

Para nortearem não só a análise pormenorizada da produção intelectual, mas também se observar as influências paradigmáticas que nortearam essa produção, assim como o próprio desenvolvimento do campo intitulado “Ambiente e Sociedade” ou “Estudos Ambientais” ou mesmo “Ciências Ambientais”, utilizar-se-á a concepção de campo e habitus de Pierre Bourdieu (1980).

Nesta linha é importante relatar que foram feitas visitas aos centros de pesquisa nos seguintes países: Brasil, México, Colômbia, Chile, Argentina, Equador e Uruguai e realizadas entrevistas com os diferentes intelectuais ligados a área, assim como realizado um seminário internacional com intelectuais latino-americanos para troca de experiências intelectuais e científicas (Ferreira, 2010).

Além disso, visando uma abordagem teórica para o entendimento do processo científico utilizou-se a discussão de uma sociologia da ciência e sua relação com a teoria social presente em Yearley (2005); Bourdieu, Chamboredon, & Passeron (1973); Mannheim (1968) e Merton (1968).

Para as diferentes concepções da interdisciplinaridade utilizaram-se as discussões presente em Leff (2000); Phillippi, Hogan & Navegantes (editores) (2000); Floriani (2004), Burstyn (2004); Ferreira, Leila (2005 ), Bateson(1987 ); Morin (2001), Novo (2002); Latour (2006) e Ferreira, Lúcia;Ferreira, Leila e Joly, C(2010).

Neste sentido, é interessante ressaltar que se assiste ao surgimento de grupos específicos de cientistas sociais (e mesmo de outros que não o são), unidos por interesses ou áreas temáticas, como a Questão Ambiental. Onde estão as oportunidades de experimentação criativa?

A hipótese principal que norteia este *paper* é que um olhar atento sobre o tratamento com que a temática ambiental tem recebido por parte de universidades e centros de pesquisas latino-americanos contradizem alguns estereótipos e estigmas que ainda se fazem presentes.

Em outras palavras, não apenas a América Latina tem produzido conhecimento e investigações que procuram dar conta dos diversos desafios ambientais, como também apresenta, com certa originalidade, abordagens multifacetadas da relação natureza-sociedade.

Tal tese se confirma levando-se em consideração as muitas associações de pesquisa e suas instituições científicas devotadas ao tema, o grande número de cientistas envolvidos, bem como a surpreendente quantidade e diversidade dos trabalhos desenvolvidos na área em questão (Ferreira, 2010).

No artigo que se segue estas hipóteses são trabalhadas sobre diferentes perspectivas, tanto na dimensão simbólica como política dando ênfase a questão da subjetividade.

A discussão sobre interdisciplinaridade é objeto de constantes controvérsias, não havendo consenso sobre a mesma. O que se pode dizer sobre este debate é que existem, grosso modo, duas visões diferenciadas: a primeira delas aproxima o diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a explicação dos objetos de conhecimento disciplinar. No caso da sociologia ambiental busca-se interagir teoricamente em alguns temas de convergência.

Uma segunda visão sobre a construção interdisciplinar restringe-se mais ao campo da pesquisa temática, opondo-se à visão das assimilações progressivas entre disciplinas. Esta visão reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada dos saberes disciplinares sobre temas previamente definidos.

De qualquer forma fica colocada a necessidade de se repensar os modelos de construção do conhecimento, conforme apontado por Leff (2000), Bateson (1978) e Novo (2002), ao afirmarem que a emergência de uma sociedade complexa exige o desenvolvimento de estratégias metodológicas integrativas entre diferentes disciplinas.

Nessa linha as discussões e reflexões que se observam no artigo se inter-relacionam para dar conta de problemas como qualidade de vida, risco e subjetividade; temas ligados ao socioambientalismo e a tecnologia suscitando uma reflexão sobre normatividade, institucionalidade e a

emergência de novos arranjos sociais na área ambiental acoplando uma visão do ponto de vista da América Latina a uma reflexão mais ampla sobre a sociedade contemporânea.

Desta forma, vale ressaltar que a trajetória da temática qualidade de vida e risco na teoria social, no caso latino americano está diretamente associada a uma reflexão mais ampla sobre as sociedades capitalistas altamente industrializadas contemporâneas e sobre as incertezas que o discurso do desenvolvimento e do progresso promove.

A vida moderna é, relativamente, mais sujeita a riscos que antes, porque submete a sociedade a ordenar o mundo social e a aproximar o futuro por meio de uma organização reflexiva que é promovida pela ciência e pelo conhecimento. Os riscos, dessa forma, tanto podem estar relacionados a mudanças ambientais globais, intervenções do homem no ambiente e a conseqüente degradação ambiental planetária, quanto às situações envolvendo as relações pessoais, familiares e a própria sexualidade (Giddens, 2000).

Assim, tanto os aspectos globais, quanto os relacionados aos sujeitos promovem impactos e precisam ser reconhecidos com o mesmo grau de importância, pois contribuem sobremaneira para aumentar o estresse e as tensões que afetam a vida cotidiana, os modos de vida e as culturas tradicionais (O'Connor, 1994; Carapinheiro, 2002; Hannigan, 2006).

A subjetividade por ser parte da cultura é influenciada pelos aspectos globais e da sociedade de risco, na medida em que, como no dizer de Güell (2001:1), é considerado uma trama de percepções, aspirações, memórias, saberes e sentimentos, que orienta o ser humano em sua atuação no mundo. Desta forma, quanto mais à tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída na confluência entre o local e o global, mais os indivíduos são forçados a realizarem escolhas a partir de uma diversidade de opções, que podem estar relacionadas tanto com aspectos culturais próprios, quanto com o consumo e as decisões do cotidiano que extrapolam a tradição, a religiosidade e a cultura familiar original (Lash, 1997; Giddens, 1997 e 2002; Inglehart, 1997; Bauman, 1999).

Assim, pode-se acrescentar que o investimento teórico-metodológico que tem sido realizado para analisar sociedades complexas tem permitido um acúmulo significativo de elementos que possibilitam a compreensão das mesmas, a partir das transformações socioambientais mais significativas e a realidade cotidiana dos sujeitos. Essa articulação tem sido observada através do estudo da subjetividade no contexto social contemporâneo, e tem permitido considerar que a subjetividade, pode ser entendida enquanto expressão criativa ou enquanto sintoma, e, conseqüentemente historicamente produzida através de uma relação profunda e dialética entre sociedade e natureza (Kleinman & Good, 1985; Kleinman, Das & Lock, 1997; Inglehart, 1997; Giddens, 2002; Melman, 2003; Bauman, 2005; Barbosa, 2003a, 2004, 2006 e 2006a).

A maneira com que se tem feito essa análise tem ocorrido através da observação da expressão difusa de sintomas manifesto no corpo dos sujeitos, que se identificam através do sentir-se doente, e da incapacidade de evidenciar suas necessidades e sofrimentos, permitindo suportar enfim, a ausência de expressão verbal das questões fundamentais do existir social e sua manifestação através de sintomas e signos corpóreos (Barbosa, 1990 e 1996). Aliado a esse aspecto, outra abordagem que vem sendo desenvolvida, procura analisar de forma mais significativa a subjetividade através do estudo da **depressão** (Barbosa, 2001; 2003; 2004; 2005 e 2004 a, Barbosa & Höeffel, 2006).

Alguns autores que vem problematizando o conceito de alta modernidade, em suas diferentes abordagens, como é o caso de Giddens e Touraine, permitem compreender a subjetividade através da relação entre complexidade social e transformações socioambientais. No entanto, falar sobre modernidade nos remete prioritariamente a sociologia clássica e, predominantemente, ao conceito weberiano de **desencantamento do mundo**.

Weber (1980) ao tratar da modernidade alerta para o precioso conceito de **desencantamento do mundo**, que possui dois significados em sua obra: a) desencantamento do mundo pela religião e b) desencantamento do mundo pela ciência. Ambos diretamente ligados ao momento atual e suas transformações no mundo.

Pensar o homem contemporâneo **desencantado** poderia induzir a pensar que a depressão pode ser considerada como uma das expressões da tragédia humana (transformações globais e planetárias, guerras, violência, escassez dos recursos naturais, degradação sócio-ambiental, desemprego, péssimas condições de moradia e de relacionamentos)? O sujeito contemporâneo na modernidade, não tendo a que ou quem recorrer (nem religião e nem ciência), expressaria seu sofrimento, seu desencantamento através de depressão e conseqüentemente empreenderia uma busca constante por paliativos (medicamentos), para calar seu desejo ou sua dor? Ficam como questões de fundo em aberto que foram observados na produção intelectual internacional e latino-americana.

Nesse sentido, impossível desconsiderar a alta modernidade e o sujeito contemporâneo, enquanto conceitos fundamentais para pensar a sociedade complexa na qual estamos imersos. Como já nos ensinaram Giddens (1991), e Touraine (2002) a modernidade é prioritariamente um conjunto que abrange aspectos culturais, organização social e as próprias crenças e ações coletivas. Assim, os avanços da ciência, da tecnologia e, dos sistemas produtivos, estarão diretamente relacionados e regulados pela vida pessoal e social.

O destaque à cultura e ao caráter pessoal que a modernidade acaba por imprimir está presente na análise dos dois autores e, é nesse sentido que se pode afirmar que, a alta modernidade altera de forma radical a essência

e a natureza da vida cotidiana, afetando os aspectos mais pessoais da existência (Giddens, 2002).

A razão humana ordenará todas as dimensões da modernidade, possibilitando o avanço científico e suas aplicações, orientando e comandando a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas, e é ela, que por fim substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado (Touraine, 2002). Mesmo compreendendo a alta modernidade em um nível institucional, todas essas transformações introduzidas pelas instituições modernas, com os avanços da ciência e da tecnologia, irão se entrelaçar de maneira direta com a vida individual e definitivamente, como enfatiza Giddens (2002), com o *eu*.

Todas as transformações socioambientais da modernidade podem ser resumidas nos intensos processos de globalização e nos riscos sociais e técnicos. Giddens (2000) alertou sobre a influência da globalização na vida cotidiana, processo esse que influencia os indivíduos em macro e micro aspectos de atuação, como em tudo o que é realizado. Por fim, chama atenção ainda ao afirmar que uma nova ordem global como meta, impele a todos, mesmo que sua compreensão de forma objetiva seja permitida, considerando, entretanto que seus efeitos se fazem sentir sobre toda a sociedade.

Todos esses aspectos que formam as sociedades complexas na alta modernidade (globalização, risco, degradação ambiental planetária, desemprego, oscilações de bolsas de valores, novas dimensões de tempo e espaço), só terão sentido através da criação que os indivíduos fazem dos mesmos, como os absorvem, como os interiorizam e os expressam, possibilitando concluir-se que a subjetividade é uma instância reflexiva e deliberante, datável e localizada, já que é produto e criação de uma sociedade que a investiu de sentido social, histórico e político (Castoriadis, 1992; Kleinman, Das e Lock 1997; Melman, 2003; Bauman, 2005).

### **Questão ambiental, qualidade de vida e risco: uma abordagem preliminar**

A existência de uma relação entre qualidade de vida e questão ambiental é muito recente, sendo historicamente demarcada no debate contemporâneo a partir do ano de 1989. Os signos dessa relação se estabeleceram, quando as questões sobre a degradação ambiental começaram a se impor no cenário mundial e foram se aproximando gradativamente da temática sobre a qualidade de vida da população em geral. Os melhores exemplos para reforçar essa afirmação foram a realização de Conferências na Inglaterra e França patrocinadas pelos governos desses países; um comunicado oficial sobre o tema emitido pelo grupo que participou do encontro econômico de cúpula do Grupo dos Sete em julho do mesmo ano (Brown & Flavin, 1990: 11); a preparação do encontro mundial da Rio 92 e os vários desdobramentos que esse evento possibilitou.

A partir desta constatação, o tema passou a ser objeto de uma publicação do WWI-Worldwatch Institute, sediado em Washington<sup>1</sup>, onde qualidade de vida figura como força motriz, sendo que diversas abordagens desta temática são apresentadas a cada ano<sup>2</sup>.

Também no Brasil algumas publicações começaram a surgir a partir desse período, tendo o tema qualidade de vida como objeto central em diferentes abordagens teóricas<sup>3</sup>, bem como, de maneira genérica em alguns outros trabalhos<sup>4</sup>. No entanto, do ponto de vista acadêmico o tema qualidade de vida e outras possíveis relações, como por exemplo, a saúde já foi e continua sendo amplamente debatido entre nós.

Em 1981, ocorreu no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um Seminário de Estudos Urbanos, onde ficou evidente a pertinência do tema. Souza, a partir desta experiência, apontou que a qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma questão complexa e multifacetada, pois abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania - os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais - quanto à de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social (Souza, 1984: 15; Barbosa, 1996).

É importante perceber que essa linha sugere a mais importante veia de análise para esse tema. Por ser um tema complexo e com vários referenciais possíveis de análise, passa, essencialmente, pela questão da cidadania.

Neste período pode-se destacar que algumas contribuições tratam sistematicamente de estudos de caso onde primordialmente aspectos da relação entre qualidade de vida, saúde e ambiente estão presentes. Alguns exemplos significativos são: análise sobre a qualidade de vida e as condições de saúde para o caso do Rio de Janeiro (Cordeiro, 1984), onde o autor remete as necessidades de saúde das populações urbanas ao conceito de qualidade de vida e a dimensão da cidadania.

Até mais recentemente outros aspectos específicos da qualidade de vida relacionados à saúde humana também continuam presentes na literatura corrente (Minayo, Hartz & Buss, 2000 e Seidl e Zannon, 2004).

O papel da industrialização e urbanização numa dada realidade social foi constituinte de um novo padrão de morbimortalidade, bem como, de transformações culturais que implicaram em mudanças significativas na qualidade de vida da população (Barbosa, 1990). Estudos de casos que levaram em conta o papel das transformações populacionais recentes e as considerações que advêm desta realidade foram também objetos de algumas análises (Matavele, 1992; Carmo, 1995). E, ainda, podem-se encontrar pesquisas onde o foco principal de análise se deu através do ambiente e a urbanização onde a valorização dada à qualidade de vida se fez através do grau de satisfação das necessidades materiais e espirituais do indivíduo e

da sociedade que pudessem ser satisfeitas (Leal, 1995); aliadas as dimensões geográficas (Pacione, 2003) e, também o ambiente e qualidade de vida domiciliar, através da avaliação das condições ambientais urbanas em cidades dos países pobres, realizada simultaneamente nas cidades de Accra, em Ghana e em Jacarta, na Indonésia (Jacobi, 1993).

Pode-se observar também que a partir da segunda metade da década de 1990, Barbosa deu início a outra abordagem nas pesquisas de qualidade de vida e ambiente com a introdução do recorte da subjetividade e da saúde mental no Brasil. Suas pesquisas inicialmente estavam voltadas para as populações de cidades no interior paulista (Barbosa, 1996), e mais recentemente tem se expandido para outras populações como pescadores artesanais (Barbosa, 2004 e 2006) e para o meio rural (Barbosa & Höeffel, 2006).

Assim, pode-se afirmar que a íntima relação entre a qualidade de vida e a temática ambiental, já se fazia presente em outros autores para o mesmo período nos demais países latinoamericanos. Galtung (1979); Montes & Leff (1986) e Gallopín (1986), são bons exemplos sobre a evidência teórica dessa relação.

Outras abordagens podem ser consideradas para o conceito de qualidade de vida, como sua relação com o modelo de desenvolvimento. Em texto do Cepaur (1986) encontra-se que o melhor modelo de desenvolvimento será aquele que permitir elevar mais a qualidade de vida das pessoas. O texto propõe desta forma que a qualidade de vida dependerá das possibilidades que tenham as pessoas de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais (Cepaur, 1986), evidenciando acentuadamente, desta forma, a dimensão subjetiva.

Qualidade de vida para Buarque (1993) é um conceito muito antigo e embora não seja ainda bem definido, tem sido recentemente, associado à capacidade de consumo e confundido com a modernidade. Nessa concepção, qualidade de vida passou a ser simbolizada mais pelo consumo exagerado de bens e tecnologia de última geração do que uma conquista decorrente do uso de bens e da tecnologia. E, em função disso, o conceito de qualidade de vida passa a ser à busca de uma utopia, pois que ficou caracterizada pela crença de que todos, ao desejarem, teriam acesso a ela ou aos equipamentos que a simbolizam.

No entanto, qualidade de vida como sinônimo de consumo passa a ser impossível (Buarque, 1993: 157). Essa constatação representa a diluição dos grandes aportes teóricos e dos paradigmas estabelecidos no final do século XIX. As técnicas não eliminaram, de todo, a fome, a violência, a ignorância e ainda serviram para aumentar a desigualdade entre os homens e ameaçar o futuro pelas novas armas e pela degradação ambiental.

A percepção dos limites do crescimento e da consciência de que o progresso econômico serve de base para a qualidade de vida pelo consumo,

passam a funcionar como um fator ameaçador para a sociedade e não como uma promessa de salvação. O avanço técnico, em vez de reduzir, tem criado necessidades e diminuído a crença de que será capaz de oferecer respostas a toda essa problemática planetária. Apesar do pragmatismo e descrença do autor, procurando relativizar suas afirmações, pois tal descrença é resultado de inúmeras constatações da realidade, não se pode desprezar toda a democratização do acesso a bens e consumo que a modernidade impôs para um número cada vez maior de pessoas.

O conceito de qualidade de vida em Crocker (1993) é discutido com base na elaboração de uma nova e importante ética para o desenvolvimento internacional. Ele acredita que temas como pobreza, degradação ambiental e fome são indicadores de deficiências científicas, técnicas, políticas, conceituais e éticas. O autor trabalha em uma perspectiva teórico-prática, enfatizando a presença de uma orientação moral para o modelo de desenvolvimento através do reconhecimento de bens, utilidades e da satisfação de necessidades básicas. Para tanto, é importante a compreensão do processo de desenvolvimento nacional e internacional como expansão de capacidades humanas básicas e como promoção de formas valiosas de existência e de atividades. As categorias morais fundamentais são preponderantes em sua análise para a reformulação das noções de liberdade, direitos e justiça.

Desta forma, Buarque e Crocker apontam em uma mesma direção com relação às possibilidades de conquistar uma melhor qualidade de vida, pois ambos chamam atenção para uma nova ética nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais e, paradoxalmente, para a busca de uma nova utopia. As dimensões de necessidades sentidas e satisfeitas estiveram presentes nessa análise para a qualidade de vida.

Barbosa (1996) a partir do referencial teórico exposto anteriormente elaborou uma proposta teórico-metodológica que tem permitido uma compreensão mais abrangente para o conceito de qualidade de vida referendada em duas premissas: uma objetiva e outra subjetiva. Qualidade de vida, portanto, deverá ser entendida através de três eixos principais. Um primeiro eixo diz respeito à satisfação e o acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, dentre outros, e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família.

O segundo eixo diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas,

participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (Barbosa, 1996 e 1998).

Assim, só será possível entender qualidade de vida como o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência das transformações sócio-ambientais que a sociedade atravessa. O indivíduo, nesse enfrentamento cotidiano, encontra respostas para afirmar ou negar essas transformações. Poderá legitimar politicamente seu cotidiano ou alienar-se, construir condições saudáveis de vida ou patologias.

Por fim, não se pode desconsiderar um importante alerta de Buttel (2000); primeiro ao reconhecer que a qualidade de vida ambiental é um fenômeno tanto pessoal quanto coletivo. E segundo, que apesar do imenso esforço empreendido na teoria social e, posteriormente, na Sociologia ambiental não houve uma contribuição importante para os estudos de qualidade de vida humana, que efetivamente associasse o debate teórico às ações concretas transformadoras para a população.

### **Sociedade de risco: perspectivas para qualidade de vida, ambiente e subjetividade**

A análise desenvolvida aqui está centrada no entendimento das transformações e complexidade do mundo atual, produto da dinâmica contemporânea, relacionados à suas esferas mais evidentes: sociais, tecnológicas, ambientais e culturais. Os aspectos sociais estão diretamente relacionados à densidade populacional atual e as implicações desse fato em questões objetivas como: aumento da demanda por serviços essenciais (moradia, saneamento básico, dentre outros), organização do sistema produtivo, processos migratórios e ainda ao padrão de saúde/doença, exposição aos riscos tecnológicos e ambientais.

Os aspectos tecnológicos acarretam dois problemas imediatos: de um lado, a localização de indústrias que comprometem diretamente a saúde da população e, de outro, a possibilidade de um desemprego estrutural no tecido social. E os fatores ambientais dizem respeito às condições do ambiente bio-geofísico e sua utilização e degradação e escassez dos recursos naturais utilizados pelos grupos sociais. Por último, as transformações nas relações culturais da população decorrem das dimensões elencadas acima e vão estar relacionadas às diferentes maneiras através das quais os indivíduos lidam, quer seja em sua dimensão objetiva, quer seja em sua dimensão subjetiva, com a complexidade social atual. Essas esferas não são separadas, mas interligadas.

É importante assinalar que a alta modernidade não está sendo percebida como um fator de desagregação social. O que se percebe é justamente uma sociedade complexa, com a permanência de problemas e questões

sem respostas, ainda que se considere todo o avanço científico e tecnológico dos últimos 50 anos. E mais, esta complexidade, com inúmeras graduações, historicamente tem postergado uma participação política efetiva dos indivíduos na dimensão das relações sociais e com isso, produzido conseqüências importantes para a qualidade de vida dos que vivem no contexto urbano-industrial.

Assim, para se entender de forma mais abrangente as conseqüências da alta modernidade é necessário se ater ao conceito de sociedade de risco. A visão de sociedade de risco possibilita a leitura de uma dimensão importante e de elementos que corroboram o comprometimento da qualidade de vida a partir da vivência em sociedades em processo de complexas transformações, que fazem com que os indivíduos vivenciem riscos coletivos. Não só aqueles restritos aos perigos decorrentes de catástrofes naturais, epidemias, mas também, os decorrentes a um incisivo processo de industrialização.

Beck (1992 e 1993) criou o conceito de sociedade de risco ao analisar o estágio de desenvolvimento da organização social atual, destacando que o mesmo não reside mais sobre os patamares de administração e distribuição desigual dos recursos, mas sobre a distribuição mais ou menos consensual das conseqüências pouco antecipáveis, decorrentes da tomada de decisões públicas mais importantes. Desta forma, a sociedade está cada vez mais submetida a experiências, com base nos avanços técnico-científicos, que dissolvem as certezas em torno dos próprios riscos com os quais o mesmo avanço técnico-científico trabalha. Assim, vive-se um momento onde está presente intenso questionamento do papel da ciência na solução dos problemas que a própria sociedade industrial coloca, como também, intenso questionamento da dimensão e complexidade dos próprios riscos.

Exemplos como biotecnologia, energia nuclear, informática, aquecimento global e, também, as reformas econômicas, são luzes que não se apagam nem iludem porque, apesar de significar todo o avanço científico-tecnológico dos últimos anos, inauguram, ao mesmo tempo, um vasto campo de custos e riscos onde não se consegue ter acordos sociais prioritários. O que significa dizer que não se pode prevêê-los, nem isolá-los e, muito menos, controlá-los com precisão. Mediante os riscos clássicos (quebras econômicas, catástrofes, guerras, por exemplo), submetidos a uma relativa previsão, os riscos modernos não são calculáveis e podem resultar em danos irreparáveis. Os riscos modernos são incalculáveis, em função das grandes redes de decisões em que a vida moderna está organizada e são, muitas vezes, difíceis de serem resolvidos e imputados a determinado grupo ou corporação. Chernobyl, nesse sentido, é um caso exemplar (Beck, 1993).

A sociedade de risco impõe o abandono de diferenciações de classe social determinadas por fronteiras geográficas, políticas, econômicas e administrativas. Construindo diferenciações prioritárias entre aqueles que suportam riscos potenciais (moradores de cidades próximas a usinas nucleares, por exemplo), e aqueles que suportam riscos mais difusos.

Novos mecanismos compensatórios de suporte estão sendo construídos na atualidade, comparáveis às situações de pobreza e injustiças sociais, ao mesmo tempo em que novas posturas de compromissos com o equilíbrio ecológico estão sendo construídas de forma mais profunda na sociedade contemporânea.

Neste sentido, a sociedade de risco é herdeira, também, de uma época de conquistas políticas, econômicas e sociais, que ampliaram os direitos básicos para um conjunto maior da população e elevaram as possibilidades de mobilidade num contexto particularmente paradoxal entre a capacidade produtiva e a crise econômica. Beck acredita que as mudanças no sistema produtivo capitalista são profundas e radicais e, ao mesmo tempo, influem e transformam a essência do conjunto social, alterando situações estabelecidas como classes sociais e estrutura familiar.

Giddens (1993), desde os anos 1990 alertou que as sociedades ocidentais constituem-se num paradoxo. Pois, por um lado, permanece a tradição de determinados valores reconstruída pela modernidade, por outro, a manutenção e a criação de novas tradições desempenham papel da maior importância na legitimação do poder e no congelamento de alguns aspectos fundamentais da vida social (família, identidade sexual, por exemplo).

Esse processo acarretará duas ordens de transformações no interior da sociedade, fundamentais e interligadas: a expansão das instituições modernas e universalizadas no mundo como um todo e a existência de movimentos de resgate e questionamento da tradição. Essa ordem de fatores afeta diretamente os indivíduos. Como as atividades cotidianas dos indivíduos têm conseqüências para várias partes do planeta, o conceito de risco torna-se essencial, pois os diferentes tipos de riscos são comuns em um mundo onde muitos aspectos são pré-determinados e coordenados pela tradição, assim à medida que a natureza vai sendo invadida, e inclusive aniquilada, por sua socialização humana, novas formas de imprevisibilidade vão surgindo e se impondo (Giddens, 1993: 65).

Também se pode afirmar que esses fatores acarretam mudanças importantes para o conjunto social e mostra que estamos vivendo um período de profundas transformações. Em escala planetária, persistem as conseqüências da corrida armamentista nuclear, catástrofes ecológicas, deficiência da administração pública, manipulação deliberada da inflação e do desemprego estrutural, doenças catastróficas e temores com relação às lembranças de genocídios acontecidos na Segunda Guerra Mundial, bem como, os impactos da percepção do aquecimento global, como efetivamente imputado à ação humana (IPCC, 2007).

Contudo, é premente a necessidade de ampliação do debate técnico transformando-o em um debate político, democrático e cooperativo em relação às questões fundamentais à sobrevivência do planeta: política energética, política ambiental, corrida armamentista nuclear (Lasch, 1987). A ação política coletiva tem perdido espaço para o enfrentamento das crises

previsíveis do cotidiano, onde as ações individuais possuem, ainda, algum impacto e efeito no desenvolvimento dos acontecimentos, deixando-se de lado ou postergadas a segundo plano às questões de ordem macro, onde efetivamente as ações humanas parecem produzir pouco efeito.

Lasch denominou esse momento de vivência de situações externas onde persiste um esforço considerável para a sobrevivência. A sobrevivência tanto está voltada para as dificuldades individuais do cotidiano, como para os temas coletivos. Se por um lado, existem as dificuldades em equilibrar o orçamento, o medo de envelhecer, contrair doenças, envolver-se com drogas, manter relações estáveis, enfim, a própria degradação pessoal, por outro, estamos subjugados a um sentimento de espanto frente à vulnerabilidade dos sistemas e instituições, e vivendo tempos sombrios, que acabam por constituir uma linha divisória separando a nossa época das idades mais antigas (Lasch, 1987).

A consciência da problemática ambiental em âmbito planetário tornou evidente, de forma decisiva, a constituição da sociedade de risco, a partir dos avanços técnico-científicos (Beck, 1995). O risco globalizante não respeita divisões sociais e geográficas e faz com que persista a necessidade de se buscar a superação de uma mentalidade sitiada e excessivamente individualizada. O que não quer dizer deixar de entender as conseqüências que todas estas mudanças significam para o indivíduo, mas obriga buscar soluções políticas, democráticas e cooperativas.

Por fim, pode-se afirmar que o conceito de risco, nas últimas duas décadas, em diferentes abordagens científicas e, principalmente nas ciências sociais, emergiu como um campo importante através de teorias e métodos de análise, que tem sido aplicado a diferentes situações, que incluem ameaças à saúde e segurança humana, aos diferentes tipos de transporte, a exposição humana e ao ambiente de materiais perigosos, produtos químicos, radiação e campos eletromagnéticos, ou materiais biológicos, organismos geneticamente modificados, bem como ao terrorismo, e as mudanças climáticas globais. Todas essas dimensões irão cada vez mais serem incorporadas, visando compreender de que maneira a qualidade de vida poderá ser afetada.

De qualquer forma, estas diferentes abordagens, servem neste momento, apenas para orientar a reflexão e a discussão, não pretendendo de maneira alguma esgotar o debate sobre a temática. Procurou-se exclusivamente apresentar alguns pressupostos e conceitos básicos dos diferentes enfoques, mostrando à articulação que estes estabelecem entre diferentes teorias e questões e orientações de ordem política e dinâmica para se abordar a questão da qualidade de vida, subjetividade e risco da sociedade contemporânea.

## Considerações finais

A hipótese principal que norteou este *paper* é que um olhar atento sobre o tratamento com que a temática ambiental tem recebido por parte de universidades e centros de pesquisas latino-americanos contradizem alguns estereótipos e estigmas que ainda se fazem presentes.

Em outras palavras, não apenas a América Latina tem produzido conhecimento e investigações que procuram dar conta dos diversos desafios ambientais, como também apresenta, com certa originalidade, abordagens multifacetadas da relação natureza-sociedade.

Tal tese se confirma levando em consideração as muitas associações de pesquisa e suas instituições científicas devotadas ao tema, o grande número de cientistas envolvidos, bem como a surpreendente quantidade e diversidade dos trabalhos desenvolvidos na área (Ferreira, 2010). Portanto, tanto a análise do processo institucional através de alguns centros escolhidos e a análise da produção intelectual; assim como a análise pormenorizada da questão ambiental e subjetividade corroboram tais hipóteses.

A finalização desse artigo oferece duas contribuições interessantes ao debate sobre qualidade de vida e risco na área de Ambiente e Sociedade. Por um lado permitiu ampliar o conhecimento e verificar a importância que os temas possuem, independentemente de esgotar a análise e as possibilidades que a temática oferece. E por outro, oferece uma possibilidade concreta de análise, na medida em que contribui metodologicamente com uma forma de se trabalhar com volume significativo de dados através das entrevistas com intelectuais chaves da área ambiental na América Latina.

Como se podem perceber algumas outras abordagens não foram ressaltadas, o que não significa irrelevância, mas, paradoxalmente, indicativo da magnitude, abrangência e complexidade da problemática em questão. Pois como se tentou evidenciar neste artigo, o tema qualidade de vida e risco representa uma temática extremamente complexa, tanto do ponto de vista das singularidades dos dois conceitos, como da busca que foi empreendida exitosamente, em tratar os dois conceitos de forma associada numa temática única. Esse aspecto mostrou-se extremamente promissor, e uma das inúmeras contribuições que o projeto Temático (Ferreira, 2010) possibilitou ao mesmo tempo, em que coloca necessariamente toda a discussão como permanentemente inacabada, e em processo.

Assim, apesar da análise realizada ter um caráter delimitado, frente aos próprios objetivos do texto, evidenciou-se que o problema da temática qualidade de vida e risco se insere em questionamentos e discussões extremamente atuais e essenciais que fazem parte da agenda de interesse da produção intelectual, tanto dos centros brasileiros quanto latino-americanos analisados, na área de Ambiente e Sociedade

## Notas

\* Agradecemos a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa que possibilitou as reflexões contidas neste artigo (Processo n. 2005/52317-1).

<sup>1</sup> O WWI busca a promoção de uma sociedade ambientalmente sustentável, onde as necessidades humanas sejam atendidas sem ameaças à saúde da natureza. Procura atingir seus objetivos através de pesquisas interdisciplinares, montando cenários sobre as emergentes questões globais, usados por governos, universidades, empresas e ONGs, e divulgados através de publicações, editadas em vários idiomas.

<sup>2</sup> Esta publicação foi composta por relatórios anuais, publicados a partir de 1990, pelo WWI, organizados por Brown com o sugestivo título *Salve o Planeta! Qualidade de vida*, seguido do ano a que se refere à publicação 1990, 1991, 1992, 1992, 1993, 1994, 1995. Em geral, o primeiro capítulo discute uma abordagem mais teórica sobre um tema específico e os capítulos precedentes discutem temas frutos de pesquisas realizadas em alguma parte do mundo sobre a relação do meio ambiente e o desenvolvimento. No Brasil, foram publicados pela Editora Globo. Atualmente assumiram outros títulos, mas guardam a essência dos primeiros volumes.

<sup>3</sup> Reportamos o leitor para Souza, 1984 e *LUA NOVA*, n° 31, 1993.

<sup>4</sup> Barbosa, 1990 e 1992. Carmo, 1993 e 1995. Leal, 1995. Matavelle, 1992; dentre alguns.

## Bibliografia

Barbosa, SRCS (2003), “Qualidade de vida e subjetividade em sociedades complexas”, RBSE – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (ISSN: 1676-8965). Vol. 2, n. 6, dezembro de 2003a: 414 – 430. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%20v2,n6,dez12003.pdf>

Ídem (2004), “Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ”, *Revista Ambiente & Sociedade* (ISSN: 1414-753X), Vol. VII, n. 1, jan/jul.

Ídem (2006a), “Environment, subjectivity and complexity: study about depression in the north coast, Sao Paulo state. Brazil”, in: *XVI World Congress of Sociology - ISA 2006 - Research Committee on Sociology of Mental Health and Illness RC49 Session 2: Quality of life and mental illness, 2006, Durban. XVI World Congress of Sociology . San Diego, CA, USA: Editorial Office.*

Ídem (2006), “Subjetividade e Complexidade social: contribuições ao estudo da depressão”, *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, IMS – UERJ (ISSN 0103-7331), Rio de Janeiro, vol. 16, número 2.

Ídem (2006b), *Complexidade social e Subjetividade: considerações sociológicas acerca da depressão. Teoria e Pesquisa* (ISSN 0104-0103), PPG-CS, UFSCar, São Carlos, Vol. 1, n. 48, jan./jun. 105-132.

Ídem (1990), *Industrialização, Ambiente e Condições de Vida em Paulínia, SP. As representações de Qualidade Ambiental e Saúde para Médicos e Pacientes. Dissertação* (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Ídem (1998), “Qualidade de vida e ambiente: uma abordagem em construção”. In: Barbosa, S R da C S. (org). *A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas: UNICAMP: 401 – 425.

Ídem (1996), *Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Ídem (2006), “Subjetividade e complexidade social: contribuições ao estudo da depressão”, *Physis: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 1611.

Ídem & Cintra, S. B. O. (2008), *Percurso da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: uma abordagem preliminar*. Brasília: ANAIS IV Encontro Nacional da Anppas.

Bateson, G. (1978), *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine.

- Bauman, Z. (2001), *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Idem (1999), *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ídem (2005), *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres, Sage.
- Ídem (1999), *The Reinvention of Politics*. Polity Press. Cambridge: Oxford.
- Ídem (1993), “De la sociedad industrial a la sociedad del riesgo. Cuestiones de supervivencia, estructura social e ilustración ecológica”, in: Rodríguez-Ibáñez, José E., *Revista de Occidente*. Madrid, nº 150.
- Ídem (1995), *Ecological Enlightenment. Essays on the politics of the risk society*. New York: Prometheus Book.
- Bookchin, M. (1988), “Social Ecology vs. Deep Ecology”, *Socialist Review*, 18 (3), 1988: 9-29.
- Bourdieu, P. (1980), *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia crítica do campo científico*. Ed. UNESP. São Paulo.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J., & Passeron, J. (1973), *Le Métier de sociologue*. Paris: Mouton Éditeur.
- Brown, L. (org.), *Salve o Planeta! Qualidade de vida*. Worldwatch Institute, Rio de Janeiro: Globo, 1990 a 1995.
- Brown, L., Flavin, C. & Postel, S. (1990), O Planejamento de uma sociedade sustentável. In: Brown, L. (org.). *Salve o Planeta! Qualidade de vida - 1990/* Worldwatch Institute. Rio de Janeiro: Globo.
- Brüseke, F J. (1996), Desestruturação e desenvolvimento. In: Ferreira, L da C & Viola, E (orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 103 – 132.
- Buarque, C. (1993), Qualidade de Vida: a modernização da utopia. Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*, no. 31, São Paulo.
- Bullard, R. D. & Wright, B. (1991), The quest for Environmental Equity: mobilizing the African-American Community for social change. Dunlap, R. E. & Mertig, A. G., *American Environmentalism: the U.S. Environmental Movement (1970 - 1990)*. New York: Taylor & Francis Inc, 39 – 49.
- Burningham, K. (1993), Us and them: the construction and maintenance or divisions in a planning dispute. Samson & South (eds.), *Conflict +*

*consensus in Social Policy: health, citizenship and environmental issues.* New York: Macmillan.

Bursztyń, M. (2004), Meio Ambiente e Interdisciplinaridade: Desafios ao Meio Acadêmico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10. Curitiba: UFPR.

Buttel, F. (1987), New directions in environmental sociology. *Annual review Sociology*, 13, 465-488.

Ídem (2000), Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: Herculano, S; Porto, M F e Freitas, C M (orgs.). *Qualidade de vida & riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 29 – 48.

Carapineiro, G. (2002), A Globalização do risco social. In: Santos, Boaventura de Souza (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.

Castoriadis, C. (1992), *As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Carmo, R L. (1995), *População, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: o caso de Campinas (1970 - 1991)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Castells, M. (1999), *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1978b), Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEO distinction. *The American Sociologist* 13, 256 – 259.

Idem (1980), “A New Ecological Paradigm for Post-exuberant Sociology”, *American Behavioral Scientist*, 24, 15 – 47.

Centro de alternativas de desarrollo (CEPAUR). Desarrollo a Escala Humana. Una opción para el futuro. Artigo 1. América Latina: Crisis y perplejidade. *Development Dialogue*, Número especial. Santiago: CEPAUR/Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.

Cordeiro, H. (1984), “A Qualidade de Vida Urbana e as Condições de Saúde: o caso do Rio de Janeiro”. In: Souza, A. (org.). *Qualidade de vida urbana. Série Debates Urbanos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Crocker, D. (1993), “Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum”, *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 31.

Durkheim, E. (1895;1995), *Select Writings*. Cambridge University Press. Cambridge.

Ferreira, Leila. C. (Ed.) (2010), *Teoria Social e Interdisciplinaridade na América Latina*. Ed. UNICAMP. (no prelo).

Ídem (2006), *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. Annablume. São Paulo.

Ídem and Tavolaro, Sergio B. F. (2008), “Environmental concerns in contemporary Brazil: Na insight into some theoretical and societal backgrounds (1970s-1990s)”. *International Journal of Politics, Culture and Society*, volume 19, numbers 3-4, pp. 161-177.2008.

Ídem (2005), “A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade”. *Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política*, 4 (7). Florianópolis: Cidade Futura.

Ídem, Barbosa, S., Hoeffel, J. L. et al. (2006), Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America (preliminary analysis). Proceedings - The International Sociological Association/ ISA World Congress - Durban. Bethesda: CSA Sociological Abstracts, v. 1, p. 80-80.

Ferreira, Lúcia; Ferreira, Leila e Joly, C. (2010), “Uma dentre várias interdisciplinaridades: O Doutorado em Ambiente e Sociedade da UNICAMP”. In: Ribeiro, W. (org). *Políticas Socioambientais na Pós-graduação Brasileira*. Ed. Annablume. p. 35-52.

Floriani, D. (2004), *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá.

Gallopín, G. (1986), “Ecología y Ambiente”. In: Leff, Enrique (coord.). *Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo*. Mexico: Siglo o Veintiuno.

Galtung, J. (1979), *Development, environment and technology. Towards a technology for self-reliance*. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva.

Giddens, A. (1997), “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: Beck, U., Giddens, A. e Lash, S., *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na nova ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.

Ídem (1991), *As Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

Ídem (2000), *O Mundo em descontrolo. O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

Ídem (2008), *The politics of climate change. National responses to the challenge of global warming*. London: Policy Network.

- Ídem (2002), *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ídem (1993), “La vida en una sociedad post-tradicional”, in: Rodríguez-Ibáñez, José E., *Revista de Occidente*. Madrid, N 150.
- Gorz, A. (1980), *Ecology as politics*. Black Rose Books. Montreal.
- Granjo, M. H. B. Agnes Heller. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Guattari, F. (1990), *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus.
- Guell, P. E. (2001), “Subjetividad social: desafío para el nuevo siglo”. *Polis*, Revista On-Line de la Universidad Bolivariana, Santiago, Vol 1, N 1.
- Habermas, J. (1987), *The Theory of Communicative Action vol. 2*. Boston: Beacon Press.
- Ídem (1999), “Emancipatory Knowledge. Social Analysis and Communicative Competence”. In: Lemert, C. (ed), *Social Theory. The Multicultural and Classic Readings*. Westview Press.
- Hannigan, J. (2006), *Environmental Sociology*. Second edition. New York: Routledge.
- Heller, A. (1989), *Uma teoria das necessidades revista*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Ianni, O., *Uma Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and Postmodernization*. New Jersey: Princeton University Press.
- Intergovernmental Panel on Climate change - IPCC – United Nations Environment Programme–UNEP. Working Group II Report “Impacts, Adaptation and Vulnerability”. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/ipccreports/ar4-wg2.htm>
- Jacobi, P. (1993), “A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo”. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 31.
- Kleinman, A & Good, B (editor) (1985), *Culture and depression. Studies in the Anthropology and Cross-cultural Psychiatry of Affect and Disorder*. California: University of California Press.
- Ídem & Lock, M. (1997), *Social Suffering*. California: University of California Press.
- Lasch, S. (1987), *O Mínimo Eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 4a. ed. São Paulo: Brasiliense.

Ídem (1997), *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na nova ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.

Latour, B. (2009), *A Ciência em Ação*. Editora UNESP. São Paulo.

Ídem (2005), *Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica*. Ed. 34. Rio de Janeiro.

Leal, A C. (1995), *Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do Area Branca - Campinas, São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geociências/Área de Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Aplicadas, Universidade Estadual Paulista.

Leff, E. (2000), "Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental". In: Philippi, A & Hogan, D. (org.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT.PNUMA e Signus.

Mannheim, K. (1974), "O problema da sociologia do conhecimento". In: Bertelli, A. et all. *Sociologia do conhecimento*. Zahar Ed. Rio de Janeiro.

Marx, K. (1980), *O Capital. Crítica da Economia Política. Vol.II. Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro.1845.

Matavelle, J. (1992), *Ecologia e qualidade de vida: o caso da favela Vila Nogueira (Campinas, SP)*. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas.

Melman, C. (2003), *O Homem sem Gravidade. Gozar a qualquer preço*. (Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Merton, R. (1973), *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago University Press. Chicago.

Miceli, S. (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*. FAPESP/ IDESP. São Paulo.

Minayo, M C de S; Hartz, Z M de A e Buss. P. M. (2000), "Qualidade de vida e saúde: um debate necessário". *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):7-18.

Mol, A. E.; Spaargaren, G & Buttel, F. (2000), *Environment and Global Modernity*. Sage Publications. London: Thousands Oaks.

Montes, J. M. & Leff, E. (1986), "Perspectivas Ambientais del Desarrollo del Conocimiento". In: Leff, E (coord.) *Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo*. México: Siglo o Veintiuno.

Morin, E. (2001), *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Novo, M. (2002), "Higher environmental education in the XXI Century: towards a new interpretative paradigm". In: Leal, W F°. *Teaching sustainability at universities*. Bern: Peter Lang, 429-458.

O'connor, J. (1994), "Is sustainable capitalism possible?", In: O'Connor, M. (ed.) (1994), *Is Capitalism sustainable?* New York: Guilford, 152 – 175.

Ortiz, R. (2003), *As Ciências Sociais e o Trabalho intelectual*. Editora Olho D'Água. São Paulo.

Pacione, M. (2003), "Urban environmental quality and human wellbeing—a social geographical perspective". *Landscape and Urban Planning* 65, 19–30.

Philippi, A; Hogan, D & Navegantes, R. (org.) (2000), *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT. PNUMA e Signus.

Rodriguez-Ibanez, J. E. (1993), "Hacia un nuevo marco teórico". *Revista de Occidente*. Madrid, n. 150.

Sachs, I. (1986), *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

Schnaiberg, A. & Gould, K. A. (2000), *Environment and society*. New York: Blackburn.

Seidl, E M F e Zannon, C M L da C. (2004), *Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):580-588, mar- abril.

Souza, A. (org.) (1984), *Qualidade de vida urbana*. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar.

Touraine, A. (2002), *Crítica da modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Weber, M. (1979), *Ensaio de Sociologia*. Editora Zahar Rio de Janeiro.

Yearley, S. (1996), *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Sage. London.

Ídem (2005), *Making Sense of Science. Understanding the Social Study of Science*. Sage Publications. London. Thousand Oaks. New Delhi.

\* \* \*

Recibido: 13.10.2010

Aceptado: 17.11.2010